WUNICIPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122

www.formosadooeste.pr.gov.br

#### Decreto nº 45/2023

**Súmula:** Regulamenta e dá diretrizes acerca dos Agentes Públicos responsáveis pela condução e desenvolvimento de processos licitatórios e contratos administrativos no âmbito do Município de Formosa do Oeste, em consonância com a Lei Federal 14.133/2021.

O Prefeito do Município de Formosa do Oeste, Estado Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 43 e seguintes Lei Orgânica Municipal e

Considerando as determinações da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei Federal nº 14.133 promulgada em 1º de abril de 2021;

Considerando a necessidade de observância aos princípios previstos no art. 5º da referida lei, assim como às disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);

Considerando as determinações contidas no artigo 37 da Constituição Federal, em especial à observância dos princípios do Direito Administrativo, tais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Considerando que o Capítulo IV do Título I da lei Federal nº 14.133/2021, composto pelos arts. 7º ao 10, dispõe sobre os Agentes Públicos para desempenho das funções essenciais à execução de licitações e contratos administrativos;

Considerando que o art. 7º da lei Federal nº 14.133/2021 dispõe sobre os requisitos dos agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução de licitações e contratos administrativos;

Considerando que o art. 8º da referida lei dispõe, no § 3º, a necessidade de regulamentar a atuação e funcionamento dos agentes públicos que trabalharão diretamente no desempenho das funções essenciais à execução de licitações e contratos administrativos;

Considerando que os art. 9°, art. 14, IV, art. 48, parágrafo único e art. 122, § 3° da lei Federal nº 14.133/2021, dispõe sobre as vedações ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos;

Considerando ainda as disposições contidas no artigo 176 da Lei 14.133/2021, que estabelece prazos para Municípios de população com até 20.000 habitantes, em relação à obrigatoriedade no cumprimento dos dispostos nos artigos 7º e 8º da Referida Lei:

#### Decreta:

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º – Fica Regulamentada a atuação e as atribuições pertinentes aos agentes públicos de contratação de que trata a Lei Federal 14.133/2021;

Parágrafo Único – As definições de que tratam o caput do artigo 1º são voltadas a todo e qualquer agente que atuar diretamente no desempenho das funções essenciais à execução de processos licitatórios e contratos administrativos, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

- Art. 2º Os agentes públicos referidos neste Decreto são:
- I Agente de Contratação;
- II Servidores que compõe a comissão de contratação;
- III Servidores que compõem a Equipe de Apoio;
- IV Gestor de Contrato:
- V Fiscal de Contrato.
- VI Agente Responsável pelo Recebimento de Mercadorias e produtos;

Parágrafo Único - Para fins do disposto neste Artigo "Agente Público" é o indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública.

- Art. 3º Os agentes públicos designados preencherão os seguintes requisitos:
- I Preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública, observado para tanto o prazo estabelecido no artigo 176 da Lei 14.133/2021;
- II Tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público ou privada; e
- III Não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.
- §1º Em observação ao princípio da segregação de funções, é vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

### MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE ESTADO DO PARANÁ



AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122 www.formosadooeste.pr.gov.br

- **§2º** O disposto no *caput* e no § 1º deste artigo também se aplica aos Órgãos de Assessoramento Jurídico e de Controle Interno da Administração Municipal.
- §3º Caso o agente público identifique conflito de interesses nos termos do inciso III do *caput* deste artigo, deve se declarar impedido, solicitando que a Administração Pública o substitua.
  - Art. 4º É proibido aos agentes públicos, ressalvados os casos previstos em lei:
  - I Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:
  - a) Comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
  - **b)** Estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes:
  - **c)** Sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;
- **II –** Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;
- **III** Opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei;
- IV Participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;
- V Ter vínculo, com quem disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, sendo tal vedação estendida no caso de o vínculo ser com cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do agente público;
- VI Ter cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, contratado pela empresa contratada pela Administração Pública durante a vigência do contrato;
- VII Possuir vínculo, com quem for subcontratado, de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, sendo tal vedação estendida no caso de o vínculo ser com cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, do agente público.

www.formosadooeste.pr.gov.br

ESTADO DO PARANÁ
AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122

**Parágrafo Único –** As vedações de que tratam este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### CAPÍTULO II DESIGNAÇÃO DE PESSOAL

### Seção I Agente de Contratação

- **Art. 5º –** O agente de contratação será designado pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para:
  - I Tomar decisões acerca do procedimento licitatório;
- **II –** Acompanhar o trâmite da licitação, zelando pelo seu fluxo satisfatório, desde a fase preparatória;
- **III –** Dar impulso ao procedimento licitatório, em ambas as suas fases e em observância ao princípio da celeridade;
- IV Executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;
  - **Art. 6º** Caberá ao agente de contratação, em especial:
- **I** Acompanhar os trâmites da fase preparatória da licitação, promovendo diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação seja cumprido na data prevista, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação.
  - II Conduzir a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações:
  - a) Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
  - **b)** Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital:
  - c) Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
  - d) Verificar e julgar as condições de habilitação;
  - e) Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - f) Indicar o vencedor do certame;
  - g) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
  - h) Encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.



AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122 www.formosadooeste.pr.gov.br

- **III –** Negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado e também com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração, devendo a negociação, depois de concluída, ter seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- §1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio, de que trata este Decreto e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.
- **§2º** A atuação do agente de contratação na fase preparatória deve se ater à supervisão e às eventuais diligências para o bom fluxo da instrução processual.
- §3º Na hipotese prevista no § 2º, o agente de contratações estara desobrigado da elaboração de estudos preliminares, de projetos e de anteprojetos, de termos de referencia, de pesquisas de preço e, preferencialmente de minutas de editais.
- **Art. 7º** De maneira justificada, em licitações que cujo objeto não sejam comuns, ou que demandem questões técnicas, bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por Comissão Especial de Contratação, formada por, no mínimo, 3 (três) membros, designados em Ato próprio para essa finalidade.
- §1º Os membros da comissão de contratação de que trata o caput do artigo 7º responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.
- **§2º** A Comissão de que trata o caput do artigo 7º poderá ser formada por servidores efetivos, comissionados e mesmo membros da sociedade, ou ainda, por profissionais técnicos habiltiados na área, mesmo que não tenham vinculo com a Administração Pública.
- §3º O exercicio da função na condição de membro de Comissão Especial, será em carater voluntário e gratuito.
- **Art. 8º –** Quando a modalidade de licitação adotada pela Administração Municipal for o Pregão, o agente de contratação será designado Pregoeiro.
- **Art. 9º** O agente de contratação poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

### Seção II Comissão de Contratação

**Art. 10** – Comissão de Contratação é o conjunto de, no mínimo, 03 (três) servidores indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, para conduzir processo licitatório.

### MUNICIPIO DE FORMOSA DO OESTE ESTADO DO PARANA

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122 www.formosadooeste.pr.gov.br

### §1º – Conduzirá as modalidades:

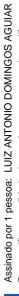
- I Diálogo Competitivo, devendo a composição da comissão ser de pelo menos 03 (três) servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão;
- II Concorrência e Concurso, apenas no caso de substituição ao Agente de Contratação em licitações que envolvam bens ou serviços especiais, sendo a substituição a critério do Prefeito.

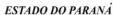
### §2º – Tem como obrigações:

- I Receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;
- II Negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado e também com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração, devendo a negociação, depois de concluída, ter seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- §3º Os membros da Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.
- §4º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, cujo objeto não seja rotineiramente contratado pelo Poder Público Municipal, poderá contar com serviço de empresa ou de profissional especializado, devidamente contratada pela Administração Pública, para assessoria na condução da licitação.
  - §5º Poderá contar com o apoio do Setor Jurídico e do Controle Interno.
- §6º Aplicam-se a este artigo as mesmas regras estabelecidas nos §§ 2º e 3º do artigo 7º, deste Decreto.

### Seção III **Equipe de Apoio**

- Art. 11 Equipe de Apoio é o conjunto de, no mínimo, 3 (três) servidores indicados pela Administração, para auxiliar na condução de processo licitatório nas modalidades:
  - I Concorrência;
  - II Concurso;





AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122 www.formosadooeste.pr.gov.br

- III Pregão.
- IV Leilão.
- § 1º A Equipe de apoio possui as seguintes atribuições:
- I Auxiliar o Agente de Contratação na condução dos processos licitatórios;
- II Auxiliar a Comissão de Contratação, quando solicitado por esta.
- **§2º** A Equipe de Apoio poderá contar com o apoio do Setor Jurídico e do Controle Interno.

### Seção V Gestores e Fiscais de Contratos

- **Art. 12** As atividades de gestão da execução de contratos competem ao gestor do contrato, auxiliado pela fiscalização técnica e administrativa, de acordo com as seguintes disposições:
- I Gestão da execução do contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;
- II Fiscalização técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração;
- **III Fiscalização administrativa**: é o acompanhamento dos aspectos administrativos exclusivamente dos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.
- **Parágrafo Único** Compete ao gestor e aos fiscais de contrato conhecer as normas, as regulamentações e os padrões estabelecidos pela legislação correlata.
- **Art. 13** Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
  - I Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- II Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da instrução do

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122 www.formosadooeste.pr.gov.br

requerimento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

- **III** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- IV Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstarem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;
- **V** Manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no Histórico de Gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;
- VI Estabelecer prazo razoável para comunicar à autoridade competente o término dos contratos, em caso de nova contratação ou prorrogação, visando à solução de continuidade;
- **VII –** Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do artigo 174 da Lei nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;
  - **VIII –** Seguir o Edital quanto às regras relativas à gestão do contrato;
  - **IX –** Seguir o modelo de gestão previsto no contrato administrativo;
- X Sugerir as providências cabíveis para o bom andamento e execução do contrato;
- XI Entrar em contato com o Contratado, quando necessário, para resolver questões relativas ao contrato administrativo, inclusive a quanto à solicitação de documentos regulares e válidos;
- XII Gerir as datas estabelecidas pela Administração Pública em edital e contrato, tanto em relação à vigência do contrato quanto em relação ao prazo da execução do objeto;
- **XIII –** Verificar e sugerir, em consonância com a fiscalização, a necessidade de termos aditivos.
- §1º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do caput do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 poderão participar no apoio das atividades de gestão do contrato, sempre com supervisão do Gestor de Contrato.

www.formosadooeste.pr.gov.br

ESTADO DO PARANÁ AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122

 $\S 2^{o}$  – O gestor do contrato poderá contar com o apoio do Setor Jurídico e do Controle Interno.

- **Art. 14 Fiscal do Contrato** é a pessoa designada pela autoridade competente de acordo com o objeto contratual, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual.
- **Art. 15** Cabe ao <u>fiscal técnico</u> do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:
- I Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- II Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados:
- **III –** Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- IV Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- **V** Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;
- VI Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- VII Seguir o Termo de Referência sobre como a execução do objeto deve ser acompanhada e fiscalizada;
- VIII Seguir o Projeto Básico quanto às normas de fiscalização do objeto a serem seguidas;
- IX Seguir o Edital e as Normas de Controle quanto às regras relativas à fiscalização:
- X Nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, deve fiscalizar a distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados pelo contratado, podendo a Administração responder solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado;

 XI – Receber provisoriamente o objeto mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

- §1º Para a fiscalização, poderá ser nomeado um ou mais servidores, a critério da Administração, podendo inclusive ser nomeado um fiscal para atendimento de cada Secretaria.
- **§2º** A Administração Pública poderá contratar terceiros para assistir e subsidiar o(s) fiscal(is) dos contratos, devendo ser observadas as seguintes regras:
- I A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;
- II A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.
- §3º Poderá contar com o apoio do Setor Jurídico e do Controle Interno, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- **Art. 16** Cabe ao <u>fiscal administrativo</u> do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, do substituto, em especial:
- **I –** Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiandoo de informações pertinentes às suas competências;
  - II Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada; e
- **III –** Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, observar as regras da legislação pertinente;
- IV Seguir o Termo de Referência sobre como a execução do objeto deve ser acompanhada e fiscalizada;
- V Seguir o Edital e as Normas de Controle quanto às regras relativas à fiscalização;
- VI Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- **VII –** Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;



AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122 www.formosadooeste.pr.gov.br

- **VIII –** Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- **IX –** Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;
- X Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- **Art. 17** Os fiscais, técnico e administrativo serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração vinculados ao órgão promotor da contratação, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução do contrato.
- **Art. 18** A função de fiscal adminsitraivo e fiscal técncio poderão ser cumuladas pelo mesmo servidor público.

### Seção VI Do Agente resposavel pelo Recebimento

- **Art. 19 –** Caberá ao agente recebedor designado, a responsabilidade pelo recebimento e conferência da mercadoria e serviço, e eventual recebimento de notas fiscais, que a acompanhe.
- § 1º Poderá ser designado um agente de recebimento por Secretaria Municipal, à critério da Administração;
- § 2º O agente de recebimento poderá ser servidor efetivo e/ou de provimento em comissão, de acordo com a disponibilidade funcional de cada Secretaria;
- **Art. 20 –** Para fins de recebimento de Mercadoria, o agente recebedor deverá verificar:
  - I se a especificação do produto ou serviço é compativel com o contratado;
- II a compatibildiade entre os dados da autorização de compras/ordem de serviço e/ou contrato com a nota fiscal.
- III se a marca e o modelo entregue é o mesmo constante no processo de compra e nota fiscal;
- IV se a quantidade entregue é a mesma identificada na autorização de compra/ordem de fornecimento e nota fiscal;
- **V** se a forma, embalagem, armazenamento do produto esta de acordo com eventual indicação no processo de compra;

- **VI –** se o valor constante na nota fiscal é o mesmo previsto no contrato ou documento equivalente;
  - **VII –** o prazo de validade do produto;
- **Art. 21 –** O recebimento da mercadoria somente poderá ser realziado na sua integralidade, de acordo com as especificações e quantitativos constantes na nota fiscal e processo de compra, sendo, portanto, vedado o fracionamento da entrega.
- § 1º Quando a mercadoria vier atraves de transportadora, ou terceiro, alheio à relação contratual, uma vez constatada a incompatibilidade da mercadoria com as informações do Requerimento/nota fiscal e/ou processo de compra, deverá ser lavrada declaração firmada por no minimo 03 (três) servidores, atestando a irregularidade.
- § 2º Lavrada a Ata, será imediatamente encaminhada ao setor responsavel para notificação da empresa fornecedora das irregularidades encontradas, para providencias e regularização.
- **Art. 22 –** Se a nota fiscal acompanhar o produto recebido, o agente de Recebimento terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis, para encaminha-la ao setor responsavel, para liquidação e pagamento e/ou, outra medida cabivel.
- **Art. 23 –** O não atendimento das disposições contidas nesta seção, poderá ensejar a responsabilização do agente de recebimento.
- **Art. 24 –** Quando a agente recebedor julgar-se inabilitado técnciamente, poderá, solicitar auxilio de equipe ou responsavel técnico da respectiva área para auxiliar na conferência do produto ou serviço.
- **Art. 25 –** Os dispositivos acerca do recebimento de bens e serviços não se aplicam aos casos de obras, os quais dependerão de análise técncia dos responsaveis da Divisão de Obras e Engenharia.

### CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 26 –** Se os agentes públicos precisarem defender-se nas esferas administrativa, controladora ou judicial em razão de ato praticado com estrita observância de orientação constante em parecer jurídico elaborado na forma do § 1º do art. 53 da Lei Federal nº 14.133/2021, a advocacia pública promoverá, a critério do agente público, sua representação judicial ou extrajudicial.
- §1º Não se aplica o disposto no caput deste artigo quando provas da prática de atos ilícitos dolosos constarem nos autos do processo administrativo ou judicial.

## MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE ESTADO DO PARANÁ AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122 www.formosadooeste.pr.gov.br

- **§2º** Aplica-se o disposto no caput deste artigo inclusive na hipótese de o agente público não mais ocupar o cargo, emprego ou função em que foi praticado o ato questionado.
- § 3º Na hipótese do caput deste artigo, se, o defensor Público Municipal estiver impedido de fazer a defesa, a administração disponibilizara outro defensor, para sua representação judicial ou extrajudicial.
  - Art. 27 São partes integrantes do presente Decreto, os seguintes anexos:
  - Anexo I Modelo de Portaria Designa Agente de Contratação;
  - Anexo II Modelo de Portaria Designa Comissão Especial de Licitação;
  - Anexo III Modelo de Portaria Designa Equipe de Apoio;
  - Anexo IV Modelo de Portaria Designa Gestor de Contratos;
- Anexo V Modelo de Portaria Designa Fiscal Administrativo e Técnico de Contratos:
  - Anexo VI Modelo de Portaria Designa Agente Recebedor;
  - Anexo VII Modelo de Termo de Substituição de Agente de Contratação;
  - Anexo VIII Modelo de Termo de Substituição de Gestor e Fiscais de Contrato;
- **Art. 28 –** Os prazos de que tratam este Decreto serão contabilizados, sempre, em dias úteis.
- **Art. 29 –** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito de Formosa do Oeste PR, aos 28 dias do mês de março de 2023.

(assinado digitalmente)

### **LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR**

Prefeito Municipal Formosa do Oeste/PR

### **ANEXO I**

### MODELO PORTARIA DESIGNAÇÃO DE AGENTE DE CONTRAÇÃO

### PORTARIA N.º XXX/2023

**SÚMULA:** Dispõe sobre a designação de Agente de Contratação para atuação nos processos licitatórios do Município de Formosa do Oeste e, dá outras providências.

**LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR**, Prefeito Municipal de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando as determinações da Lei Federal 14.133/2021, que trata sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos;

Considerando as disposições do Decreto Municipal nº xx/2023, que trata sobre a designação de agentes para atuar em processos licitatórios do Município de Formosa do Oeste;

### RESOLVE:

**Parágrafo Único** – Sempre que houver necessidade de substituição, esta será reduzida a termo no próprio processo administrativo.

**Art. 2º –** O Agente de Contratação deverá atuar dentro dos limites previstos no Decreto Municipal xx/2023.

**Art. 3º –** Fica determinado ao Departamento Jurídico que preste suporte técnico ao Agente de Contratação, sempre que solicitado;

**Art.** 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Municipal de Formosa do Oeste, Estado do Paraná. Em, xx de fevereiro de 2023.

(assinado digitalmente)

### **LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR**

Prefeito Municipal Formosa do Oeste/PR

### **ANEXO II**

### MODELO DE PORTARIA DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

#### PORTARIA N.º XXX/2023

**LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR**, Prefeito Municipal de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando as determinações da Lei Federal 14.133/2021, que trata sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos;

Considerando as disposições do Decreto Municipal nº xx/2023, que trata sobre a designação de agentes para atuar em processos licitatórios do Município de Formosa do Oeste;

### RESOLVE:

**Art. 1º –** Designar os servidores abaixo para compor a Comissão Especial de Licitação:

#### Presidente:

- Fulano de Tal, Rg nº xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxx;

### Membros:

- Fulano de Tal, Rg nº xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxx;
- Fulano de Tal, Rg nº xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxx;

### **Suplentes:**

- Fulano de Tal, Rg nº xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxx;
- Fulano de Tal, Rg nº xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxx;

**Art. 2º –** Os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão Especial ficam restritos à atuação única e exclusivamente no processo licitatório nº xx/20xx, modalidade xxxxxxxxxxxxxxx nº xx/20xx.

**Art. 3º –** A Comissão Especial de Licitação deverá atuar dentro dos limites previstos no Decreto Municipal xx/2023.

**Art. 4º –** Fica determinado ao Departamento Jurídico que preste suporte técnico à Comissão Especial de Licitação, sempre que solicitado;

Art. 5º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Municipal de Formosa do Oeste, Estado do Paraná. Em, xx de fevereiro de 2023.

(assinado digitalmente) **LUIZ ANTONIO DOOMINGOS DE AGUIAR**Prefeito Municipal

Formosa do Oeste/PR

### **ANEXO III**

### MODELO DE PORTARIA DESIGNA EQUIPE DE APOIO

### PORTARIA N.º XXX/2023

publicação.

**SÚMULA:** Dispõe sobre a designação de Equipe de Apoio para atuação nos processos licitatórios desenvolvidos pelo Município de Formosa do Oeste, e, dá outras providências.

**LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR**, Prefeito Municipal de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando as determinações da Lei Federal 14.133/2021, que trata sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos;

Considerando as disposições do Decreto Municipal nº xx/2023, que trata sobre a designação de agentes para atuar em processos licitatórios do Município de Formosa do Oeste;

### RESOLVE:

Art. 1º – Designar os servidores abaixo para compor Equipe de Apoio para atuação em processos licitatórios desenvolvidos pelo Município de Formosa do Oeste:

### Titulares:

- Fulano de Tal, Rg nº xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxx;
- Fulano de Tal, Rg nº xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxx;
- Fulano de Tal, Rg nº xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxx;

### **Suplentes:**

- Fulano de Tal, Rg nº xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxx;
- Fulano de Tal, Rg nº xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxx;

**Art. 2º –** A Equipe de Apoio deverá atuar dentro dos limites previstos no Decreto Municipal xx/2023.

**Art. 3º –** Fica determinado ao Departamento Jurídico que preste suporte técnico à Comissão Especial de Licitação, sempre que solicitado;

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua



Gabinete do Prefeito do Municipal de Formosa do Oeste, Estado do Paraná. Em, xx de fevereiro de 2023.

> (assinado digitalmente) **LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR** Prefeito Municipal Formosa do Oeste/PR

### **ANEXO IV**

### MODELO PORTARIA DESIGNA GESTOR DE CONTRATOS

### PORTARIA N.º XXX/2023

**SÚMULA:** Dispõe sobre a designação de Gestor de Contratos do Município de Formosa do Oeste e, dá outras providências.

**LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR**, Prefeito Municipal de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando as determinações da Lei Federal 14.133/2021, que trata sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos;

Considerando as disposições do Decreto Municipal nº xx/2023, que trata sobre a designação de agentes para atuar em processos licitatórios do Município de Formosa do Oeste;

### RESOLVE:

**Parágrafo Único** – Sempre que houver necessidade de substituição, esta será reduzida a termo no próprio processo administrativo.

**Art. 2º –** O(a) Gestor(a) de Contratos deverá atuar dentro dos limites previstos no Decreto Municipal xx/2023.

**Art. 3º –** Fica determinado ao Departamento Jurídico que preste suporte técnico ao(a) Gestor(a) de Contratos, sempre que solicitado;

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Municipal de Formosa do Oeste, Estado do Paraná. Em, xx de fevereiro de 2023.

(assinado digitalmente)

LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR

Prefeito Municipal Formosa do Oeste/PR



### **ANEXO V**

## MODELO PORTARIA DESIGNAÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVO E TÉCNICO DE CONTRATO POR SECRETARIA

### PORTARIA N.º XXX/2023

**SÚMULA:** Dispõe sobre a designação de Fiscal Administrativo e Técnico de Contratos junto às Secretarias Municipais de Formosa do Oeste e, dá outras providências.

**LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR**, Prefeito Municipal de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando as determinações da Lei Federal 14.133/2021, que trata sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos;

Considerando as disposições do Decreto Municipal nº xx/2023, que trata sobre a designação de agentes para atuar em processos licitatórios do Município de Formosa do Oeste;

### RESOLVE:

**Art. 1º –** Designar para exercer a responsabilidade administrativa de controle de cumprimento dos Encargos Trabalhistas e Previdenciários, durante a execução dos contratos celebrados o Servidor Público **xxxxxxxxxx**, ocupante do Cargo xxxxxxxxxxx, portador do CPF nº xxxxxxxxx, e da Cédula de Identidade RG nº xxxxxxxxxxxxxxx – SSP/PR.

**Art. 2º –** Designar para exercer a responsabilidade administrativa de Fiscalização e de Recebimento Definitivo em relação às obras e serviços de engenharia, durante a execução dos contratos celebrados o servidor público Senhora **xxxxxxxxxx**, ocupante do cargo xxxxxxxxxxx, portador do CPF n° xxxxxxxxxxx e do RG n° xxxxxxxxxxxx.

**Art. 3º –** Designar os(as) servidores(as) públicos(as) Municipais abaixo elencados para atuar na função de Fiscais Administrativos e Técnicos de Contratos junto às Secretarias Municipais:

- Fulano de Tal, Rg nº xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxx, secretaria de xxxxxxxx;
- Fulano de Tal, Rg nº xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxx, secretaria de xxxxxxx;
- Fulano de Tal, Rg nº xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxx, secretaria de xxxxxxxx;

Parágrafo Único - Sempre que houver necessidade de

substituição, esta será reduzida a termo no próprio processo administrativo.

**Art. 4º –** Os Fiscais Administrativos de Contratos deverão atuar dentro dos limites previstos no Decreto Municipal xx/2023.

Art. 5º – Fica determinado ao Departamento Jurídico que preste suporte técnico ao (à) Fiscal Administrativo de Contratos, sempre que solicitado;

**Art.** 6º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Municipal de Formosa do Oeste, Estado do Paraná. Em, xx de fevereiro de 2023.

(assinado digitalmente) **LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE AGUIAR**Prefeito Municipal

Formosa do Oeste/PR

### **ANEXO VI**

### MODELO PORTARIA DESIGNA AGENTE RECEBEDOR

### PORTARIA N.º XXX/2023

**SÚMULA:** Dispõe sobre a designação de Agente para recebimento de produtos e serviços junto às Secretarias Municipais de Formosa do Oeste e, dá outras providências.

**LUIZ ANOTNIO DOMINGOS DE AGUIAR**, Prefeito Municipal de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando as determinações da Lei Federal 14.133/2021, que trata sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos;

Considerando as disposições do Decreto Municipal nº xx/2023, que trata sobre a designação de agentes para atuar em processos licitatórios do Município de Formosa do Oeste:

### RESOLVE:

**Art. 1º –** Designar os(aa) servidores(as) públicos(as) Municipais como responsavel pelo recebimento de produtos e serviços junto as Secretarias Municipais.

- Fulano de Tal, Rg nº xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxx, secretaria de xxxxxxxx;
- Fulano de Tal, Rg nº xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxx, secretaria de xxxxxxx;
- Fulano de Tal, Rg nº xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxx, secretaria de xxxxxxxx;

**Parágrafo Único** – Sempre que houver necessidade de substituição, esta será reduzida a termo no próprio processo administrativo.

**Art. 2º –** Os Agentes recebedores deverão atuar dentro dos limites previstos no Decreto Municipal xx/2023.

**Art. 3º –** Fica determinado ao Departamento Jurídico que preste suporte técnico ao (à) Agente recebedor, sempre que solicitado;

**Art.** 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Municipal de Formosa do Oeste, Estado do Paraná. Em, xx de fevereiro de 2023.

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122 www.formosadooeste.pr.gov.br

(assinado digitalmente)

### LUIZ ANTONIO DOMINGOS DÉ AGUIAR

Prefeito Municipal Formosa do Oeste/PR

### **ANEXO VII**

### MODELO DE TERMO DE SUBSTITUIÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO

### Processo Administrativo nº xx/2023 Modalidade nº xx/2023

A presente substituição se dá em função da impossibilidade do primeiro, devidamente justificada à autoridade competente.

É o que se tem para o momento.

Formosa do Oeste, xx de xxxxxxxxxxxxx de 20xx.

Fulano de Tal Divisão de Licitações e Compras Formosa do Oeste/PR

#### **ANEXO VIII**

### MODELO DE TERMO DE SUBSTITUIÇÃO DE GESTOR/FISCAL ADMINISTRATIVO E FISCAL TÉCNICO DE CONTRATO

### Processo Administrativo nº xx/2023 Modalidade nº xx/2023 Contrato nº xx/2023

A presente substituição se dá em função da impossibilidade do primeiro, devidamente justificada à autoridade competente.

É o que se tem para o momento.

Formosa do Oeste, xx de xxxxxxxxxxxxx de 20xx.

\_\_\_\_\_

Fulano de Tal Divisão de Licitações e Compras Formosa do Oeste/PR





### VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5894-A859-9FB6-FEFB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

LUIZ AN

LUIZ ANTONIO DOMINGOS AGUIAR (CPF 870.XXX.XXX-20) em 28/03/2023 15:07:04 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://formosadooeste.1doc.com.br/verificacao/5894-A859-9FB6-FEFB